



Desafios pastorais do mundo urbano



Os avanços tecnológicos e as oportunidades que os grandes centros urbanos colocam à disposição de uma parcela da população contrastam com a dificuldade de imenso contingente de pessoas em ver garantido o direito à cidadania e a uma vida digna. Diante desse quadro, os cristãos são desafiados a rever constantemente os conceitos de missão, e a se converterem, a cada dia, ante novas conjunturas. CONTEXTO PASTORAL analisa o tema, e traz também depoimentos significativos sobre a experiência da Pastoral Urbana em São Paulo (Dom Paulo Evaristo Arns) e proposições sobre a habitação nas cidades (Jaime Lerner). Páginas 5 a 8

LEIA NESTA EDIÇÃO

ENTREVISTA — Uma leitura diferente de “Apocalipse”, com Juan Stam.

Página 3

NOTAS — Página 4

BÍBLIA — “A doutrina bíblica da justificação pelas obras”

Paulo Augusto Nogueira — Página 9

MEDITAÇÃO — Com-feridas

Página 12

MEMÓRIA

Dietrich Bonhoeffer foi um dos grandes teólogos do seu tempo, e sua contribuição ao movimento ecumênico — pela reflexão acumulada e pelo envolvimento com as preocupações da época — constitui inspiração constante. Martin Luther King Jr., com ousadia e espírito profético, denunciou a discriminação racial e lutou pelo sonho da igualdade entre todos. Estes dois personagens são lembrados e homenageados por CONTEXTO PASTORAL. Páginas 10 e 11

Gente urbana, urgente!

A polícia surra um negro covardemente. Ocorre um quebra-quebra e depredação de veículos e ônibus. Assaltos, saques violência... É do Rio de Janeiro, São Paulo ou Los Angeles que se está falando?

O que há de comum entre Londres e São Paulo? Talvez muito, talvez nada, decerto não se pode ser tão abrangente a ponto de dar conta de contextos tão diversos de uma só perspectiva. Mas ao mesmo tempo há proximidades que deixam perplexos aqueles que buscam identificar, por trás do grande anonimato e caos das grandes cidades, o lugar do ser humano. É nesse último lugar que se situa este número do CONTEXTO PASTORAL.

A grande aparência — até mesmo veiculada pelos meios de comunicação — é de estarmos no limite do caos e da desesperança. A cidade, além do lugar da identificação das gritantes desigualdades de nossa sociedade, é o foco da expressão do mais alto isolamento e desinteresse de uns pelos outros. As consciências estão fragmentadas em tantos universos que não se encontra um sentido único fora do consumo e do mercado e com estes o "cada um por si"... Será possível produzir sentidos para além das aparências?

O cristianismo parece uma conversa absolutamente fora de lugar no contexto das grandes cidades. Fraternidade, igualdade e justiça são negadas e a vida é condenada por aqueles que aceitam as coisas como estão, como se fossem sempre assim e não produzidas pelos seres humanos... Ao menos assim aparentam as promessas de consumo de milagres e similares.

O desafio de enfrentar a afirmação da vida nas grandes cidades não é novidade, mas encontra-se hoje mais desafiante, quando no último censo já se confirmam os índices de mais de 70 milhões que vivem nas cidades brasileiras. Estariam nossas igrejas em condições de enfrentar tais realidades? Estariam os cristãos em condições de organizar um sentido novo para a vida nessas condições? Que compromissos e mudanças são exigidos?

As análises e os depoimentos constantes desta edição tangenciam as preocupações apontadas até aqui, sem trazer à luz respostas como se fossem receitas ou guias. Fazer isto seria desconhecer a gravidade do tema e a seriedade de quem está comprometido, e não atrás de respostas fáceis e rápidas. É neste espírito que se pretende o encontro com o leitor: comprometido, fraterno, igualitário e de coragem para pensar o futuro.

CARTAS

Escreva para CONTEXTO PASTORAL — CEBEP
Rua Rosa de Gusmão, 543 — 13073-120 — Campinas/SP
ou CONTEXTO PASTORAL — CEDI
Rua Santo Amaro, 129 — 22211-230 — Rio de Janeiro/RJ

Prezados senhores,

Esta publicação me cativa, em razão dos temas ecumênicos, bem como pelo posicionamento político diante dos graves problemas sociais que enfrentamos. Renovo, com a alegria de "combater o bom combate", a assinatura deste jornal.

Sou católico romano. (...) Freqüento a Escola da Fraternidade Rosacruciana, nesta cidade. Tal entidade dedica-se ao estudo do Cristianismo Esotérico e do Novo Testamento. (...)

Ricardo Plínio Pereira de Andrade
São Paulo/SP

Aos amigos do CEBEP,
Paz e Alegria!

Estou remetendo cheque para renovação da assinatura do CONTEXTO PASTORAL, importante chama a brilhar, confiantes na graça de Deus, na expansão do encontro ecumênico.

É ainda meu desejo aproveitar este espaço para expor uma pequena discordância, em que nada altera a beleza do artigo de Ana Maria Tepedino, teóloga admirável, sobre a Conferência Episcopal de Santo Domingo, "E o povo queria se expressar". A metodologia do "ver-julgar-agir" não foi abandonada em benefício de outra que inicia com a doutrina [grifo do autor], e a seguir olha a realidade para estabelecer as linhas pastorais. O cristianismo, antes de ser uma doutrina, religião, moral ou algo semelhante, é um acontecimento, o evento de um encontro com uma Presença viva, Cristo, a qual passa a determinar a vida de quem faz essa experiência. Ora, isso não poderia ser de outra forma, pois Ele é o caminho, a verdade e a vida. Assim, tudo o que fazemos ou verificamos passa a tê-lo como critério referencial único. É isso que Santo Domingo deseja expressar, e não uma doutrina, ao iniciar suas reflexões a partir de Jesus Cristo e dEle se orientar para a realidade. Se vivemos o encontro com Cristo, não há como separar, em dois momentos estanques, o ver do julgar: ao olharmos para a realidade, esse olhar já é dirigido por um critério, já é carregado de sentido.

Houve um momento em nossa história que nos foi importante o emprego do "ver-julgar-agir", quando favoreceu aos cristãos o reencontro com as ciências humanas. Hoje devemos ter a capacidade de dar mais um passo, abandonar nosso complexo de inferioridade diante da produção teórica das ciências humanas marcadas pela perspectiva iluminista e sermos cristãos radicais: ao invés de vermos com os olhos de outros em um primeiro momento e depois acrescentarmos o nosso julgamento como se fosse apenas um verniz, algo que se sobreporia a uma visão "imparcial e neutra" (?) das ciências (...) É necessário que sejamos integral e plenamente nós mesmos, que tenhamos nossos olhos, que nosso ver seja já conscientemente marcado por dentro pelo critério Cristo, provocando o desdobramento também teórico daquilo que Ele nos ensinou sobre a Verdade e as realidades humanas.

Manuel Ralph de Viveiros
Vitória da Conquista/BA

CONTEXTO PASTORAL

Publicação bimestral do
Centro Evangélico
Brasileiro de Estudos
Pastorais — CEBEP
(Rua Rosa de Gusmão, 543
— 13073-120, Campinas/SP.
Tel. e fax 0192-41-1459) e do
Centro Ecumênico de
Documentação e
Informação — CEDI
(Rua Santo Amaro, 129 —
22211-230, Rio de
Janeiro/RJ.
Tel. 021-224-6713 e
fax 021-221-3016)

Editores
Luiz Carlos Ramos
Paulo Roberto Salles Garcia
(MTb 18.481)

Editor assistente
Carlos Cunha

Diagramação
Anita Slade

Fotolito e impressão
Tipológica Comunicação
Integrada

Conselho editorial
José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Tiragem
10 mil exemplares

Preço do exemplar avulso
Cr\$ 12.000,00

Assinatura anual
Cr\$ 120.000,00

Assinatura de apoio
Cr\$ 160.000,00

Exterior
US\$ 15,00

Os artigos assinados não
refletem necessariamente
a opinião do jornal.

Fique por dentro do CONTEXTO PASTORAL

Um jornal-painel a serviço da pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Uma publicação conjunta do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Assinatura anual: Cr\$ 120.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 160.000,00
Exterior: US\$ 15,00
Número avulso: Cr\$ 12.000,00

Os pedidos de assinatura, acompanhados com cheque nominal para o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP), devem ser enviados para: Jornal Contexto Pastoral — Rua Rosa de Gusmão, 543, Jardim Guanabara, 13073-120, Campinas/SP.

UMA LEITURA DIFERENTE DO LIVRO DE APOCALIPSE

ENTREVISTA COM JUAN STAM
Por Luiz Carlos Ramos

Falar do livro de Apocalipse, na maioria das leituras, significa dar um tom escatológico e de fim dos tempos. Juan Stam, pastor da Igreja Evangélica de Costa Rica e doutor em teologia, está indo mais longe. Entre as atividades acadêmicas que desenvolve, Juan está escrevendo um comentário sobre Apocalipse de João. Segundo ele, o último livro da Bíblia está bastante imerso na realidade latino-americana. Durante a Assembléia Geral do Centro Evangélico Latino-Americano de Estudos Pastorais (Celep), ele concedeu a seguinte entrevista.

Neste momento qual é sua principal atividade?

Estou trabalhando em dois projetos. Tenho me ocupado em redigir um comentário ao Apocalipse de São João e dar os últimos retoques em um livro sobre teologia da criação e missão, cujo título será "As Boas-Novas da Criação". Por causa deles não viajo, não dou conferências, não como, não durmo... Também continuo lecionando na Universidade Nacional de Costa Rica e começando a trabalhar como coordenador do Programa de Pós-Graduação do Instituto Missionológico da América Latina (Imbela), onde darei um curso de Teologia da Missão.

O que o Apocalipse tem a dizer para o nosso povo latino-americano?

Muito, na medida em que o lemos historicamente, isto é, considerando a realidade do Império Romano (seu contexto exegético) e a realidade do império norte-americano com seu poderio sobre a América Latina. Tenho dito que ler o Apocalipse ou mesmo a Bíblia é como limpar um vidro que está sujo nos dois lados. Por um lado é preciso limpar o vidro para vê-lo exegeticamente, situado no tempo de João em Patmos (século I de nossa era). Porém, há também o outro lado do vidro, onde se faz necessário ver bem a nossa realidade, cada vez mais complexa, cheia de incógnitas. Realidade na qual o neoliberalismo vai tomando forma, marcado pela corrupção, polarização política e econômica como o demonstra o caso do Brasil. Nessa realidade, o Apocalipse tem uma grande pertinência.

Qual é a grande diferença entre a maneira como se lê o Apocalipse no Primeiro Mundo e a leitura que fazemos no Terceiro?

A leitura típica no Primeiro Mundo é de gente muito cômoda, sentada num escritório, querendo saber como será o fim do mundo... Poderiam ler da mesma forma Nostradamus, o horóscopo, os oráculos delficos, etc. Lêem dessa maneira precisamente porque não estão sofrendo, nem são perseguidos, nem vivem na pobreza. Assim como não conhecem a história antiga, nem realmente a história moderna, é muito difícil que entendam o Apocalipse, um livro tão imerso na realidade.



Luiz Carlos Ramos

Aliás, o Apocalipse é exatamente uma recusa desse tipo de adivinhação. Por outro lado, no Terceiro Mundo há muitas leituras. Muitos lêem com olhos de leitores do Norte, *de onde vêm os demônios*, como diz certo autor. Outros lêem a partir de sua própria vivência, buscando relacioná-la com a história antiga e, mais, com toda a história. Estes, inevitavelmente, vão descobrir muito sobre a reali-

Quando lemos o Apocalipse na ótica profética, a partir da realidade histórica, sua mensagem é muito rica e profunda

dade econômica, sobre o poder político, sobre as classes sociais (magnatas, ricos e coronéis) e sobre a luta ideológica presente no Apocalipse e que continua até os dias de hoje.

O que destacaria nessa perspectiva?

Pessoalmente muito me inspira a relação entre a grande e majestosa visão do trono (capítulos 4 e 5) e a visão dos quatro cavalos (capítulo 6) em seguida, que aponta para a realidade histórica (guerra, fome, morte). Digo que um profeta de Deus, como João, que em um minuto está vendo o trono glorioso do Senhor, majestoso e exaltado como Isaías, e em alguns versículos depois está falando do preço do trigo e da cevada, ou seja, daquilo que hoje chamaríamos de cesta básica, só pode estar bem informado dessa realidade e nela enraizado. Podemos dizer que, através do Apocalipse, João fala da realidade, e para surpresa de alguns, com muita frequência, fala da vida econômica. Assim podemos dizer que o Apocalipse fala mais do salário mínimo do que do arrebatamento aos céus. Quem descreve o arrebatamento é São Paulo. Quando lemos o Apocalipse na ótica profética, a partir da realidade histórica, sua mensagem é muito rica e profunda, isso sem nunca perder a visão de Deus, uma vez que o povo que não vê a Deus nada vê do ponto de vista cristão.

Esse comentário que está escrevendo é de toda a Bíblia?

Não, é um comentário somente sobre o Apocalipse, o qual fará parte de uma série publicada pela Editorial Caribe. É uma coleção que pretende atingir todos os livros da Bíblia. Já saíram alguns volumes: um sobre Amós, escrito por Washington Padilla; outro sobre Marcos, de Guillermo Cook e Ricardo Fox; e outros que ainda não vi.

Apocalipse fala mais de salário mínimo que de arrebatamento aos céus

Conhecemos seu carinho pela Nicarágua. Qual é a situação hoje?

Muito boa, para nossa surpresa. Economicamente a situação é difícil, poderia dizer-se fatal: o desemprego já atinge a casa de 60% da força de trabalho, os preços estão sempre em alta e ao mesmo tempo se vêem alguns lindos automóveis, lindos supermercados, desfrutados apenas por uma camada muito seleta da população. Politicamente, o governo já funciona, uma vez que os sandinistas mantêm sua influência na Assembléia Nacional, na Corte Suprema, no Exército e na Polícia, o que força a Presidência a buscar o apoio sandinista para conseguir sua sobrevivência, quebrando assim a primeira coalizão que levou Violeta ao poder. Já se olha para a situação social e seus gravíssimos problemas com uma grande dose de esperança.

QUEM É VIVO SEMPRE APARECE

Já dizia o velho ditado popular, com muita razão. Nós também queremos que você dê um sinal de vida. Escreva para nós, **atualizando o CEP de sua rua (ou cidade) e seus dados principais (data de nascimento, profissão, grau de escolaridade, igreja/comunidade religiosa a que pertence)**. Dessa forma, você vai receber com muito maior rapidez seu exemplar do jornal CONTEXTO PASTORAL. E mais: com seus dados completos, nos será possível alcançá-lo com promoções e atividades superespeciais. Pra começar, um brinde está a sua espera se você responder a esse nosso pedido.

**Se você é vivo,
apareça.
CONTEXTO
PASTORAL**

Rua Rosa de Gusmão, 543, Jardim Guanabara, 13073-120, Campinas, SP.

Aumento da violência contra índios em 1992

Vinte e quatro índios foram assassinados no ano passado, 20 sofreram ameaça de morte e 24 se suicidaram. Os dados constam do relatório sobre a violência contra os povos indígenas durante 1992 e foram divulgados na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). As invasões de terras e o aumento do número de suicídios entre os guaranis são considerados pelo Cimi os maiores problemas denunciados no relatório.

Os casos de suicídio cresceram no ano passado em relação a 1991, quando foram registrados 22, 17 deles entre os guaranis *kaiowas*. Para o presidente do Cimi, d. Aparecido José Dias, as causas são a falta de perspectivas para o futuro, a perda da cultura, a influência de seitas religiosas e a redução de suas terras. (JB, 5/3/93)

Luteranos contra o racismo

Um chamado a suas comunidades, instituições e igrejas, bem como a todos os setores da sociedade brasileira, para combater a prática do racismo foi formulado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. "Do ponto de vista cristão, não há como justificar racismo de qualquer tipo. Deus criou um mundo multiforme, em que nenhum ser humano, por pertencer a outra raça, cultura ou sexo, é inferior ou menos valioso", afirma a Igreja Luterana.

Intitulada "Deus não é racista", a declaração pública destaca que todas as formas de racismo têm causas de ordem psíquica (pessoas de outras raças que inspiram medo, inveja e insegurança) ou econômico-social.

"Como cristãos e cidadãos, temos o dever de nos opor aos indícios do pensamento racista e de colaborar na eliminação dos fatores que o produzem ou oportunizam", conclui o documento. (Rápidas, fevereiro/93)

Cristãos se solidarizam com aidéticos

Um albergue para acolher doentes de Aids que não tenham família ou que tenham sido abandonados por ela vem funcionando desde o final do ano passado em Buenos Aires (Argentina), sob o apoio do Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos (MEDH).

O Albergue Solidário, primeiro projeto com essas características que se inicia naquele país, nasceu da necessidade de consolidar a pastoral ecumênica de acompanhamento a doentes de Aids. Segundo o pastor luterano Lisandro Orlov, diretor do albergue, a abertura da casa tem que ser um juízo diante daquelas portas que ainda permanecem fechadas. "Nessa denúncia e nesse projeto de solidariedade, os cristãos que cooperam na casa se encontram unidos num aspecto que corresponde à identidade e ao essencial de toda Igreja", sustentou ele. (Rápidas, fevereiro/93)

Encontro Mundial de Jovens no Brasil

"Onde não há visão o povo perece" é o tema geral do Encontro Ecumênico Mundial de Jovens e Estudantes (EGGYS, a sigla em inglês) que será realizado de 18 a 26 de julho em Mendes (RJ). Aproximadamente seiscentos jovens e estudantes de todos os continentes discutirão temas como economia, sociedade e modelos alternativos, educação e vida, busca de unidade num mundo fragmentado, direitos humanos e democracia, mulher, meio ambiente e desenvolvimento, estudos bíblicos e liturgia, e outros.

Segundo os organizadores, o EGGYS constitui uma oportunidade para incorporar a criatividade dos jovens e estudantes, na medida em que o movimento ecumênico abriu-se aos seus novos paradigmas e suas visões, em um comprometimento com a transformação e com o viver os valores evangélicos de unidade, justiça, paz e renovação.

Cesep promove Curso de Ecumenismo em São Paulo

Aprofundar a experiência ecumênica; possibilitar o diálogo entre cristãos de diferentes denominações eclesiais; desmistificar barreiras antiecumênicas; e analisar a contribuição do ecumenismo para o avanço da proposta evangélica. Estes são alguns dos objetivos do Curso sobre Ecumenismo, promovido pelo Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular — Cesep.

Segundo os organizadores, o curso, previsto para o mês de junho em São Paulo, pretende abordar temas que englobam os projetos ecumênicos atuais (Igreja Católica e Conselho Mundial de Igrejas), teologia feminista, questões bíblicas, e problemas e desafios do movimento ecumênico no fim do século XX.



CONIC alerta presidente Itamar sobre miséria

Em telegrama dirigido ao presidente da República Itamar Franco, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) apelou para que o "governo tudo faça para levar a paz ao campo com vistas a diminuir a miséria e acabar com a desigualdade e o sofrimento das famílias sem terra e sem as mínimas condições de exercer seus direitos de viver uma vida digna". "Confiamos no seu empenho para acabar com a miséria de milhões de brasileiros", continua o texto.

A nota destaca ainda a iniciativa da Lei de Reforma Agrária, "em boa hora sancionada", e enfatiza "o ardente desejo de que a mesma seja correta e fielmente aplicada em todo o território nacional".

III Consulta de Bispos e Pastores da América Latina e Caribe

"Democracia em Crise e Nova Ordem Mundial: Desafio às Igrejas da América Latina e Caribe" é o tema da III Consulta de Bispos e Pastores da América Latina e Caribe, que será realizada de 10 a 15 de julho em Nova Iguaçu (RJ).

Além de celebrar um encontro ecumênico fraterno, o evento tem como objetivos principais: chegar a uma compreensão global e objetiva do contexto mundial e da América Latina e Caribe a partir da perspectiva dos excluídos em um momento de crise de ideologias, modelos políticos e econômicos; e sinalizar os desafios pastorais e os compromissos das igrejas.

A expectativa do encontro, que tem o apoio do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), é de que 160 pessoas participem (delegados, convidados especiais etc). Entre os assessores, estão confirmados Julio de Santa Ana, Franz Himkelammert, Oscar Beozzo e Miguez Bonino, entre outros.

DENTRO DO CONTEXTO

Sacolinha

Apenas no mês de março, a Igreja Universal do Reino de Deus começou a construir novos templos em seis países do Primeiro e Terceiro Mundos. Estão na lista Estados Unidos, Colômbia, México, Portugal, África do Sul e Argentina. Em Buenos Aires serão erguidas treze igrejas. (O Dia, 10/3/93)

Extremos

Sem conseguir cumprir um regime de 40 dias sem comer, imposto por pastores da Igreja Deus é Amor, a enfermeira Maria Rosa Vieira, 34 anos, da cidade de Juazeiro do Norte (Ceará), suicidou-se, derramando álcool no corpo e ateando fogo. Um de seus quatro filhos, que dormia em um berço, próximo a ela, por pouco não se queimou também. (O Globo, 4/3/93)

Richard Shaull — I

Desde o início de março, está no Brasil o teólogo norte-americano Richard Shaull. Ele está ministrando um curso de três meses sobre Reforma e Teologia da Libertação no Seminário

Teológico de São Paulo, da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. Além disso, tem proferido conferências e participado de diversos eventos no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS), em São Bernardo do Campo/SP, e em outros locais.

Richard Shaull — II

Na estada no Brasil, o Seminário Teológico da IPI está lançando a edição em português do livro "A Reforma Protestante e a Teologia da Libertação". Apontando para uma Segunda Reforma, que está acontecendo em nosso continente, Shaull propõe uma caminhada diferente para católicos e protestantes, além das divergências dos últimos 500 anos, para a recriação da Igreja, abrindo-nos para a aventura do Reino de Deus.

Richard Shaull — III

A presença de Richard Shaull leva necessariamente a lembrar e destacar a grande importância que teve na formação do

pensamento teológico protestante e ecumênico latino-americano. Em meados da década de 1950, antes do Concílio Vaticano II, início da década de 1960, antes de qualquer coisa que se parecesse com Teologia da Libertação, antes das Comunidades Eclesiais de Base, as palavras dele eram profecias, visões de futuros ainda não nascidos. Basta lembrar, por exemplo, sua dedicação e capacidade criadora no trabalho do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, ligada à Confederação Evangélica do Brasil.

Concílio Mundial Metodista na América Latina

Pela primeira vez em 112 anos de vida institucional, o Concílio Mundial Metodista realizará sua próxima assembléia geral na região da América Latina. Segundo informações da secretaria de imprensa, o evento se realizará no Brasil, de 7 a 15 de agosto de 1996, e reunirá delegados de 68 igrejas metodistas e igrejas unidas de 96 países do mundo. (Rápidas, fevereiro/93)

Modernidade das modernidades, tudo é modernidade...

Jorge Atilio Silva Iulianelli

No final do século, o momento da crise da civilização moderna, o homem contempla, com angústia, duas realidades intimamente vinculadas, porque ambas resultado da "metafísica da modernidade": o colapso ecológico e a situação catastrófica do Terceiro Mundo. Oxalá seja esta crise que o leve a uma radical mudança de paradigma, que o ajude a descobrir as raízes comuns da crise social e da crise ecológica e lhe possa inspirar uma mudança radical nas relações dos homens com a natureza e dos povos entre si.

Manfredo Araújo de Oliveira



Parece um anacronismo falar em Mundo Moderno hoje, afinal há muitas vozes que anunciam os pós-modernidade, sociedade pós-industrial, filosofia pós-analítica. Para nós, brasileiros, viventes no mundo periférico e subdesenvolvido, que convivemos com a pré-modernidade, a própria modernidade é uma novidade. Novidade de mentalidade, costumes, relações sócio-históricas... Novidade com relação a quê? O Brasil não é, ele mesmo, fruto da tal Modernidade!?

Antes, o que havia eram os mais de cinco milhões de habitantes que foram chamados de índios, mais de 300 povos, com suas tradições e culturas diversas, todas elas distintas do branco colonizador europeu (Cf. Roberto Zwetsch e Lori Altmann). Isto não significa que a colonização tenha sido um retrocesso histórico. José Ortega y Gasset sempre insistiu na necessidade de olharmos caleidoscopicamente, devemos olhar os vários lados. A colonização gerou esta comunidade mestiça, afroindiana americana.

O Brasil cindido é reflexo do mundo dividido em mercados de consumo restritos e bolsões de miséria; a lógica do empobrecimento espalha-se por todos os países. A lógica sistêmica que gera *les misérables* é a mesma que conduz a fuga de capitais, e mentes, do mundo subdesenvolvido; que expande a indústria bélica em detrimento do abastecimento das necessidades básicas de milhões de seres humanos; que espolia e sacrifica a grande maioria dos seres humanos deste planeta...

É um mundo da especialização, da tecnificação que chega ao tecnicismo. Nele os tecnoburocratas podem mais que qualquer um. Há quem diga que vivemos a experiência da colonização do mundo da vida por uma Razão Instrumental. Esta se define como a lógica de domínio dos seres humanos por alguns de seus semelhantes, é, no dizer de um de seus críticos, o crepúsculo

da própria Razão (Horkheimer), ou, ainda, como diz um parceiro deste, a hipertrofia de um sonho (Adorno).

Mas, a Modernidade gerou junto a esta Razão que estabelece o domínio de seres humanos por seus semelhantes, que retém os esforços emancipatórios da humanidade, uma outra Razão: a Razão Comunicativa. Tão filha da Modernidade quanto a outra, ela está presente nos bolsões de racionalidade da atividade emancipatória nas sociedades. Emancipar-se supõe o diálogo e a possibilidade de construção de consensos, supõe e se apóia sob a linguagem e a comunicação entre sujeitos-atores, entre seres humanos que interagem.

Modernidade: um projeto inacabado

A ambigüidade da Modernidade leva-nos rapidamente a mil condenações. Diante do tribunal da vida cotidiana, ao avaliarmos os frutos (pelos frutos conhecereis a árvore; Mt 7.16), temos a impressão de que estamos diante da Medusa... Aqui, deste lado do planeta, sabemos que isso depende da referência, sentimos muito mais os efeitos da Razão Instrumental, mas também temos vivido os sonhos e paixões pelas lutas de emancipação. Enfim, a Razão Comunicativa também está presente no nosso cotidiano.

Poderíamos considerar que a potência da modernidade tenha sido esgotada? A capacidade da busca emancipatória findou-se? Terminou a possibilidade da ação racional? Aliás, é interessante, ninguém nunca deu muita atenção para a apropriação de Weber pelo marxismo. Mas é uma boa hora para se pensar na ação social como ação racional, aquela que possui um fim...

Estas firulas teóricas, ainda que importantes, necessitam de outro espaço e momento para serem melhor desenvolvidas. O que importa aqui é perceber a Modernidade como pujante processo que ainda prossegue. Mesmo no que se refere às explosões místicas que temos experimentado ultimamente; pentecostalismo autônomo, renovação carismática, nova era, experiências neoconservadoras e antimodernas (anti-iluministas), que desaguam sobre nós.

Por trás da condenação da Modernidade esconde-se, muitas vezes, uma veneranda tradição anti-iluminista (Habermas). A citação de toda essa gente alemã pode parecer descontextualizada, mas quer explicitar a universalidade da experiência que estamos vivenciando. A lógica sistêmica atinge a todo o planeta de forma diferenciada. A periferia sofre muito mais suas conseqüências que o

centro; mesmo assim, constrói cinturões de esperança muito mais radicais que o centro.

Da periferia do sistema: respingos de esperança na divina comédia humana

Não resta dúvida que a Modernidade vive uma crise. Para os chineses a crise é sinal de depuração e novidade. Ela renova a vida. Chinês sabe que vida sem crise é muito chata. Nada como um dia atrás do outro... e uma noite no meio para atrapar tudo. A atual crise é de arrebentar. Não há sinais que apontem para alguma tendência em melhorias em curto ou médio prazo. Isto é, econômica, social, política e culturalmente estamos caminhando para o aprofundamento da crise.

A deterioração da qualidade de vida é percebida por todos, o cotidiano tem sido como dores de parto... A lógica do sistema, na versão de sua Razão Instrumental, tem pedido para que aguardemos como em dores de parto, mas não pela redenção messiânica, senão pela salvação do Mercado, o novo ídolo. O ídolo comunica sua mensagem, converte-nos a ela, seduz-nos. Somos seduzíveis e, efetivamente, seduzidos por esta mensagem veiculada pelos mais diversos meios!

Nossa experiência com a urbanidade (mentalidade urbana) e com a urbanização (processo organizacional) está sendo desastrosa, especialmente nos últimos 30 anos. Estamos em plena expansão de uma mentalidade consumista, que não tem a ver com os produtos em oferta nem com a capacidade de aquisição da maioria dos brasileiros e brasileiras. O Mercado interno é composto por 30 milhões de brasileiros, porque nossa produção é voltada para a exportação. Isto é uma relação de causa-efeito: ou vamos ficar com eufemismos de que não se investe no Brasil porque o governo não assegura tranquilidade?

Formou-se uma mentalidade consumista e uma impossibilidade de consumo para as maiorias. Uma das profundas causas da violência urbana é esta. Mas temos também a experiência da desvalorização diária da vida (não só humana, mas animal e vegetal: a completa destruição ecológica). Não se trata apenas de um efeito conjuntural, isto tem a ver com a responsabilidade nossa de cada dia. É disso que trata a ética, das nossas costumeiras relações no dia-a-dia com aqueles que estão ao nosso redor: vizinhos, parentes, amigos, colegas de trabalho, colegas de desemprego, meninos e meninas de rua...

Por isso mesmo, porque enfrentamos a cada dia o seu mal, podemos confiar na possibilidade de superar as situações que experimentamos. Para citar outra vez o

pensador espanhol, o homem é circunstância e liberdade. Temos condições de ir além dos limites impostos pelos condicionamentos com que convivemos. Nós não estamos tolhidos, mas "nós" quem? Quais são as possibilidades de vida para as crianças que têm seu desenvolvimento circunscrito à rua? para os seis milhões de trabalhadores com dez anos de idade? para os filhos da burguesia que, em vez de investir no País, operam financeiramente no exterior?

Há uma minoria crítica, entre as maiorias empobrecidas, entre os setores médios indignados, entre alguns da elite econômica. Uma minoria que se desconhece, que não tem investido em seu potencial emancipatório. São estes alguns iluminados? Possuem a chave da solução? Trata-se de reuni-los e conformar o novo paradigma da transformação social? Por que não terão se articulado até este momento? Por que permitiram ocorrer este abismo tão profundo com o qual convivemos?

Esta minoria crítica é guardiã da ação racional, é reserva ética da sociedade. Está para além, e mesmo aquém, da chamada sociedade civil organizada, e não constitui nenhum bloco histórico. Essa minoria não é a redenção. Está espalhada por todos os rincões e tornando possíveis a resistência e a superação das situações mais desumanizantes. Ela se mantém com práticas solidárias, que permitem a conquista da felicidade de viver o hoje, com o sabor de quem vive e não de quem sobrevive.

Na verdade, a felicidade não é algo a ser alcançado depois que todas as circunstâncias desumanizantes forem superadas. Mas, desde hoje, é possível regalar-se, festejar, na simplicidade de cada dia, a esperança solidária. A proposta é o reverso das utopias de longo prazo, a concretude da utopia cotidiana, em vez da solidariedade etérea, a comunicação dialógica constante, com aqueles que nos cercam e que podem sonhar conosco nessa imediatidade.

Trata-se de experimentar o próprio sonho moderno da emancipação, da conquista dos direitos humanos, da cidadania, da socialização dos bens, da vivência produtiva e criativa, da afetividade, da corporeidade, da subjetividade; enfim, da descoberta do ser humano que, mais do que sujeito, é sujeito-ator. Sujeito-ator, isto é, razão-corpo: capaz de agir racional e afetivamente. O grande desafio é lutar contra a homogeneização imposta pela lógica sistêmica e aprofundar a experiência moderna da singularidade de sujeitos-atores que buscam a maior humanização da vida.

Jorge Atilio Silva Iulianelli é filósofo, leigo católico e integra o Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Pastoral urbana: através do deserto à terra da liberdade

Dom Paulo Evaristo Arns



A Arquidiocese de São Paulo assumiu a pastoral urbana como condição para a eficácia e o progresso da evangelização. A Igreja de São Paulo tem procurado “encarnar-se” na vida do povo na cidade, isto é, tem desejado contribuir para a construção de uma São Paulo em que se reconheçam os traços da Cidade de Deus, justa e fraterna, solidária e humana.

Sabedora de suas limitações e fraquezas, mas com absoluta confiança no Senhor da História, que se faz presente no mundo dos homens, a Igreja coloca-se como instrumento do Espírito para ser fermento, sal, sol e luz na cidade, de acordo com o objetivo geral de ação pastoral no Brasil.

Evangelizar com renovado ardor missionário, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna, à luz de evangélica opção preferencial pelos pobres, para formar o Povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e solidária a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo, é o objetivo geral da Igreja no Brasil.

Há muito que a Igreja luta por ser a voz dos que não têm voz, ou melhor, para dar voz aos emudecidos, consciente de que ainda são poucos os que falam em nome de muitos. Nessa medida, a Pastoral Urbana ora em curso na cidade, com o VI Plano de Pastoral (1991-1994), procurou ser, na sua elaboração, a mais democrática possível, trabalhando coletivamente, em diferentes níveis. Explicando melhor, a Igreja, ouvindo não apenas as bases eclesiais (nível 1), mas também grupos e segmentos da sociedade (nível 2), procurou avaliar a sua ação urbana e descobrir como ter presença mais significativa na vida concreta da população.

Numa segunda etapa, sobre o resultado do outro encontro de bases eclesiais e também de grupos e segmentos de sociedade, elaborou-se uma reflexão teológico-bíblica que resultou na indicação, pelas bases e pelas pastorais, dos onze grandes clamores do povo de São Paulo: mundo do trabalho, comunicação, moradia, saúde, juventude, educação, formação dos leigos, marginalizados, violência, justiça, fé e política.

A Igreja, manifestando-se em todas as suas dimensões (comunitária e participativa, missionária, bíblico-catequética, litúrgica, ecumênica e do diálogo religioso, sociotransformadora), houve por bem eleger como prioridade, sem prejuízo dos demais clamores, trabalho, saúde e moradia.

Definiu-se assim, como objetivo da Ação Pastoral da Igreja de São Paulo, evangelizar a cidade por meio da Pastoral Urbana, renovando a vida das comunidades eclesiais e ouvindo os clamores do

povo, com especial atenção ao mundo do trabalho, da saúde e da moradia.

Permitam-me, antes de prosseguir, definir Pastoral Urbana como a ação global da Igreja Particular a fim de atingir, pela força do Evangelho, não só territórios geográficos, mas os critérios, valores, centros de decisão e modelos de vida da cidade, os quais contrastam com o plano de Deus.

Não me deterei nos aspectos de cidade que contrastam com o plano de Deus. A desigualdade econômica que se verifica entre os condomínios fechados, de um lado, e as favelas, os cortiços e, a cada dia mais, o número dos que moram nas ruas, fala por si e colabora para que seus habitantes percam o sentido de “cidade”, de lugar de encontro, intercâmbio, vida comunitária ou coletiva, pública. Essa situação favorece a violência e, em conseqüência, o medo. Mas ainda, infelizmente, não o medo suficiente para a conversão.

O eixo em torno do qual gira a vida da cidade é o econômico, com leis próprias, fazendo com que tudo seja visto a partir da lógica da produtividade, do quantitativo, do lucro, da propaganda, da criação de necessidades. Nessa perversão de valores e de recursos são, especialmente, os empobrecidos que sofrem, aumentando-se o número de marginalizados, a violência, a injustiça, o número de vítimas, especialmente entre as crianças e a juventude, vítimas de toda ordem e sem perspectivas de um futuro que lhes garanta a devida individualização paralelamente à inserção social.

Uma crise de valores que evangeliza a Igreja

De um lado, pobreza e exclusão; de outro, obsessão por “liberdade e autonomia”, negando a interdependência e a solidariedade dos seres; levam à ruptura dos valores morais permanentes. Chega-se a uma situação em que se afirma que nada é pecado. Vive-se, na cidade de São Paulo, uma permanente crise de valores e uma diversidade de critérios de discernimento.

Esta realidade, por um lado, evangeliza a Igreja, que se vê obrigada a extrapolar seus limites e a tomar conhecimento da grande e complexa realidade de que faz parte.

Nessa perspectiva, renovar a vida das comunidades eclesiais significa reavivar o espírito missionário, saindo dos estreitos limites paroquiais, para ir ao encontro dos católicos afastados e dos não-católicos, para anunciar-lhes a Boa-Nova de Jesus Cristo; para abrir-se às realidades sofridas do homem na cidade e ser capaz de discernimento e julgamento críticos; para descobrir os valores que, como sementes do Reino suscitadas pelo Espírito, estão presentes nos diferentes ambientes e grupos.

Muitos nos questionam, quando propomos que a Igreja ouça os clamores do povo.

Se desenvolvêssemos uma catequese eficaz, uma liturgia e estudos bíblicos adequados, não levaríamos as pessoas a uma conversão de fato, que significaria, até mesmo, a solução dos problemas sociais?

Reafirmando a importância da catequese, da liturgia, dos estudos bíblicos, etc, a Igreja considera-se, especialmente, continuadora da missão de Jesus Cristo.

Ora, com referência à pessoa, Jesus chama os discípulos pelo nome (Mt 4.18ss), mas respeita a liberdade de cada um (Mt 7.13-14); Jesus acolhe, e responde às situações concretas de cada um, seja a falta de saúde física (Lc 4.18-19), seja as chagas morais (Lc 7.36-50), seja as necessidades espirituais (Jo 4.14; Jo 3.1-21; Jo 6.68-69).

Com referência à comunidade, Jesus testemunha que ela deve fazer ao próximo o que ele necessita e na hora em que for necessário (Lc 10.29-37). Deve ser espaço onde não haja discriminação alguma, antes a valorização da dignidade e do ser humano (Lc 14.12-14; Mt 20.1-16; Mt 25.14-30); local de discernimento (Lc 12.54-59); espaço de perdão e de correção fraterna (Mt 6.12; Mt 18.15-18); lugar de despojamento e de serviço (Mt 20.24-28), de testemunho da unidade (Jo 17), de vida em comunhão com Deus (Mt 18.19-20) que ultrapassem limites territoriais (Jo 4.20-24); expressão de vida no mundo, em meio às contradições e desafios da sociedade, sem, no entanto, se identificar com o mundo (Jo 17.14-18), existindo para ser sol e luz do mundo (Mt 5.13-16), portanto, uma antecipação do Reino para o qual caminha (Jo 17.1-3).

Nada acima dos direitos da criatura humana

A respeito da sociedade, Jesus proclama que a lei, organizadora da vida em sociedade, não pode oprimir e marginalizar todo e qualquer ser humano, pois a lei existe para o homem e não o homem para lei (Mc 2.27); nada está acima dos direitos da pessoa humana, criada por Deus em liberdade e dignidade (Mt 23.16-22). O exercício da função pública exige honestidade e não permite a impunidade (Lc 19.1-10); o anúncio do Reino de Deus se dá mediante seu anúncio aos pobres, é para eles, preferencialmente, a libertação, mas os ricos (Mateus, Zaqueu, o jovem) também são chamados a assumir o projeto de Jesus, convertendo-se aos pobres (Mt 9.9; Lc 19.5-9; Lc 18.18-23).

Assim, anunciar a Boa-Nova aos empobrecidos de hoje é mostrar-lhes que há soluções para a situação deles, que as coisas não têm, necessariamente, de ser como são; que eles não são objeto, mas sujeito da história. É dar testemunho da gratuidade do amor de Deus, que não pode aceitar a fome, a miséria, as condições in-

dignas de vida para quem é “imagem e semelhança de Deus” (Gn 1.26).

A Igreja deve ser presença que sustente e anime a esperança do povo, caminhando com ele, na certeza da Ressurreição do Senhor, prova de que a vitória não é da injustiça, da mentira, do egoísmo, da morte, mas do amor, da verdade, da justiça, da vida.

“Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em plenitude” (Jo 10.10). Os clamores do povo da cidade de São Paulo são, na verdade, clamores por Vida. Deus ouviu o clamor do seu povo, que vivia oprimido no Egito e agiu para libertá-lo (Ex 3.7-8a).

A Igreja tem o dever de ouvir os clamores do povo da cidade — oprimido pelos salários baixos, pelo desemprego, pela falta de moradia digna, de saúde e de assistência médica, de oportunidades educacionais — e fazer com este povo a caminhada da libertação. Nesse sentido, a cidade se identifica com o deserto, o lugar da experiência de Deus e do esforço de luta para chegar à Terra da Liberdade, partilhada por todo o povo. Portanto, a Igreja não pode confinar-se nos limites do templo, sabendo que, a partir desse momento, passa a correr riscos. Também aqui ela segue os passos de Jesus, que foi questionado, atacado, caluniado, abandonado pelos seus, mas seguiu firme em sua missão até a tortura e morte na Cruz. Para ser fiel a Jesus Cristo, a Igreja coloca-se a serviço de todos, sobretudo dos mais fracos. Isso exige que os cristãos tenham uma fé cada vez mais enraizada na Palavra de Deus, que os levará a uma ação transformadora da cidade, em que todos, pouco a pouco, se sintam verdadeiros cidadãos e filhos de Deus.

A Igreja deve ser lúcida e realista, superando uma visão ingênua e simplista da realidade, valendo-se da contribuição de todas as áreas do conhecimento para compreender a evolução do ambiente urbano e, em geral, da sociedade. Só assim desenvolverá uma verdadeira Pastoral Urbana. Para tanto, além de estar criando o Conselho Arquidiocesano de Leigos, já foram criados os Vicariatos da Comunicação e o dos Construtores da Sociedade.

Além da miséria e do sofrimento, a Igreja de São Paulo tem encontrado na cidade uma riqueza de grupos e pessoas desejosos de construir uma sociedade mais justa e solidária. Para isso quer reunir os católicos, praticantes ou não, bem como atuar com os não-católicos e não-crentes que desejem uma vida mais digna para o nosso povo.

Que possamos todos dizer como o discípulo amado: “Vem, Senhor Jesus! A graça do Senhor Jesus esteja com todos! Amém” (Ap 22.20-21).

Dom Paulo Evaristo Arns é cardeal arcebispo metropolitano de São Paulo.

A experiência da conversão é necessária

José Bittencourt Filho

O declínio das igrejas ditas históricas — a católica e as reformadas — e o surgimento das seitas pentecostais podem ser vistos como decorrência do desencanto do brasileiro urbano, que nelas não encontra onde e como compensar espiritualmente as agruras do cotidiano. (O Estado de São Paulo — Editorial, 21/2/93)



O processo de urbanização produziu no universo religioso uma exigência incontornável: o impacto existencial inigualável perante o sagrado — a experiência da conversão. Não dispomos de espaço para debater este mesmo impacto quando relacionado a sistemas não-religiosos explicitamente. Interessa-nos apenas dar relevo ao desafio pastoral que esse fenômeno encerra, no chamado mundo urbano.

A título de exemplo, lançaremos mão de uma situação exemplar que nos está muito próxima, a das igrejas cristãs tradicionais. Dadas as limitações, iremos fazê-lo em termos panorâmicos. Bastanos chamar atenção para alguns aspectos que nos parece estarem sendo negligenciados, quando o assunto em pauta é a religiosidade urbana. Aliás, esta é uma terminologia ultraprovisória, em face não somente da pouca sistematização sobre o fenômeno, como da provisoriabilidade das teses circulantes.

Panorâmica: aspectos negligenciados

O Protestantismo de Missão desde seus primórdios foi convertedor, em teoria e prática, em virtude de suas raízes pietistas e denominacionalistas. O denominacionalismo é responsável pela padronização doutrinária, litúrgica, eclesiológica e ética, o que desemboca no que chamamos *unanimidade não planejada*: a semelhança (não assumida) na religiosidade evangélica brasileira, que rege a um plano secundário as particularidades confessionais. O pietismo e o fundamentalismo, por seu turno, são responsáveis pelo menosprezo dos conteúdos intelectuais da fé professada. Em outras palavras, a desqualificação da teologia.

Essa situação se intensificou durante a *idade das trevas do protestantismo brasileiro* — a década de 1970 —, quando a formação teológica de futuros ministros ordenados e educadores foi dividida entre institutos chamados supra ou interdenominacionais, comprometidos com o obscurantismo e as instituições

oficiais das igrejas, sob o tãção da censura proveniente das burocracias eclesísticas dirigentes, estas desfalcadas dos seus intelectuais mais bem preparados, então condenados ao ostracismo. Tudo isso convergiu para um protestantismo diluído, difuso e confuso, incapacitado para a produção teológica, e que se transformou no caldo de cultura para as aventuras carismáticas e a radicalização do próprio Pentecostalismo.

Acresce o arrefecimento do fervor evangelístico. As novas gerações acomodaram-se à coexistência pacífica com a velha inimiga — a Igreja Católica. Entrementes, a proximidade e a identificação do Protestantismo de Missão com as classes intermediárias acabou por transformar as igrejas locais em *clubes fechados*, de crescimento biológico, nos quais o empenho evangelístico/proselitista foi se tornando tarefa clerical e/ou minoritária. Cabe lembrar que os esforços evangelísticos oficiais e extra-oficiais (cruzadas, movimentos, missões de fé e congêneres) alcançam resultados inversamente proporcionais ao montante de investimento humano, material e financeiro dispendidos.

Ao mesmo tempo, a acelerada proletarização das classes intermediárias ao longo das duas últimas décadas introduziu um interveniente incômodo: os modelos de igreja local e nacional, com feitiço marcadamente rural, embasados nos valores, papéis e pseudovirtudes das classes intermediárias não acompanharam o processo de urbanização com seus respectivos corolários socioculturais.

Entre outras ocorrências, no Protestantismo de Missão assistiu-se a uma verdadeira evasão dos jovens entre vinte e trinta anos, e uma obsolescência estrutural notória. **Ambos os fatores influíram na crise do proselitismo.** Gradativamente a tarefa evangelística foi sendo assumida pelos movimentos autônomos, carismáticos e pentecostais de todos os matizes. Indubitavelmente, esses grupos são mais inventivos e flexíveis no que tange à formulação de propostas religiosas e no implemento de modelos eclesiológicos.

A rigor, **as inovações não procedem de uma nova práxis**, ou seja, de uma prática religiosa transformada, à luz de uma nova produção teológica. Pelo contrário, o que se constata é o retorno do velho fundamentalismo, do conhecido pietismo, como também de símbolos e valores tidos como superados. A novidade reside em que tais conteúdos aparecem num invólucro adequado às exigências e imperativos da vida urbana; incluindo a estratificação social plasmada



As angústias do mundo urbano são prato cheio para as aventuras carismáticas e a radicalização do pentecostalismo

nos centros urbanos de médio e grande portes, a simbólica referida aos Meios de Comunicação Social, e à ideologia do Mercado total (que não exclui o consumo incessante de bens simbólicos).

Num contexto de policentrismo cultural; de pluralismo religioso; ateísmo prático; sociopatia crescente; anomia generalizada; individualismo utilitarista; e ascenso do ocultismo; todas as propostas religiosas tradicionais, como de resto **tudo o que deriva da tradição, experimenta hoje uma visível decadência.** É preciso se estar advertido para o fato de que, ao contrário do que afirmam as minorias ortodoxas, são a descristianização e o secularismo em nível planetário os grandes responsáveis pela expansão dos novos movimentos religiosos, e não a infidelidade aos modelos evangelísticos, catequéticos e eclesiológicos convencionais.

Por sinal, desde meados do século que **a melhor teologia protestante considera a secularização fruto da ação divina na história**, a ponto de Richard Shaull asseverar há quase três décadas atrás que os cristãos viviam a experiência de uma *Nova Diáspora*. Segundo esta tese o Deus bíblico estaria dispersando o seu povo em meio a uma cultura que lhe era estranha e comumente hostil. Do afastamento ideológico e até geográfico dos centros de poder secular, os cristãos irão reaprender a proclamar a Boa-Nova do Cristo morto e ressurreto. Por conseguinte, numa perspectiva teológico-pastoral, a aludida decadência das igrejas históricas deve ser interpretada dialeticamente.

A experiência religiosa de conversão: tema inevitável

Voltando ao nosso leito principal, nesta altura desejamos destacar que todo esse pano de fundo sociocultural seria insuficiente para uma compreensão mais pro-

funda da religiosidade urbana, caso não destacássemos o núcleo matricial de todos os novos movimentos religiosos, como de resto, de todas as instâncias que na atualidade se querem produtoras de sentido — **a experiência da conversão.**

Embora conhecido, o tema é complexo e exige uma abordagem interdisciplinar. Por isso mesmo é tão surpreendente que cientistas sociais e da religião, e até mesmo pastoralistas, demonstrem certo desinteresse pelo assunto e, ao mesmo tempo, grande interesse em esquadriñar os chamados novos movimentos religiosos.

Temos constatado que mesmo os intelectuais familiarizados com o rigor analítico preferem evitar essa discussão por falta ou por excesso. No primeiro caso trata-se da superficialidade atávica em matéria religiosa, decorrente da postura positivista. Na segunda trata-se do intelectual convertido, mas que não assume essa experiência, preservando o núcleo intocável e gerador de sua espiritualidade. Em ambos os casos, quem sai prejudicada é a análise.

Faz-se necessário considerar que a matéria é tão fascinante e envolvente que as inclinações espirituais de quem pretende estudá-la mal podem ser disfarçadas. A bem da verdade, é preciso considerar a experiência religiosa da conversão, tanto em seu conteúdo existencial quanto transcendente. Além dos condicionamentos econômicos e psicossociais que a envolvem, a autonomia relativa que comporta. Situa-la em seu lugar próprio é o primeiro passo para quem deseja compreender a religiosidade urbana.

José Bittencourt Filho é pastor presbiteriano, mestre em Ciências da Religião e coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Habitação: uma questão estratégica

Jaime Lerner



A questão habitacional tem sido sistematicamente apontada como um dos maiores problemas brasileiros. O déficit habitacional e a demanda reprimida

pela crise freqüentam o nosso dia-a-dia com a teimosia de quem veio para ficar. Mas terá de ser necessariamente assim?

Pessoalmente, tenho a convicção de que chega de olhar a habitação como problema! Vamos olhá-la como solução. Ou como a alavanca de muitas soluções. Soluções que ultrapassam a estrita questão da moradia, justamente porque permeiam o social e o econômico. Mas, para que isso aconteça, é fundamental que a habitação passe a ser vista como uma questão estratégica. E sendo estratégica, que volte a merecer os investimentos e as atenções que uma questão prioritária, essencial, requer. Mas não bastam investimentos. São necessários, também, entendimentos.

Em primeiro lugar, é necessário que se evitem os erros lamentáveis do passado, como a construção de conjuntos enormes, segregados na periferia, totalmente fora da malha urbana, formando verdadeiros guetos de carência e marginalidade. Erros como o desvirtuamento dos programas habitacionais, com subsídios para residências de alto padrão, chácaras de lazer e outros. E erros também como a exagerada oferta de empregos não-qualificados, que num passado recente atraiu contingentes enormes para os grandes centros. Evitando tais erros, os investimentos em habitação ganhariam, de saída, a condição estratégica de influir positivamente na distribuição espacial da população, desde que adotados alguns dispositivos.

Um dos principais dispositivos para alcançar este objetivo seria a adoção do valor único para o financiamento da moradia social. Valor único para todo o País, válido na cidade e no campo. O valor único teria o condão de proporcionar à grande maioria das pessoas a permanência em seus lares de origem, a resolverem seus problemas onde estão. E isso induziria naturalmente a uma ocupação mais racional do território.

Vejamos por quê. O valor único seria estabelecido de modo a financiar um lote urbanizado, mais o valor de um cestão de material de construção na grande cidade. Ora, esse mesmo valor certamente pode financiar um lote com uma casa pronta na cidade média, um lote e uma casa maiores na pequena cidade. No campo, hoje panorama de tantos conflitos, este

mesmo valor seria suficiente para compra de lotes maiores, bem maiores, e de moradia. Com isso, milhões de trabalhadores rurais terão onde morar e onde plantar para sua subsistência. Com isso, os grandes centros veriam diminuída a pressão das migrações. E, com recursos para financiar loteamentos populares e cestão do material básico de construção, as prefeituras (que hoje assumiram de fato o problema habitacional) veriam a fila em suas Cohabs andando rapidamente, revertendo o atual panorama de crise, invasões e conflitos.

Solo criado e comunidades "rurbanas"

Vale lembrar que as prefeituras podem valer-se de outros instrumentos. Como, por exemplo, o instituto do solo criado, que ao liberar gabaritos construtivos a mais, arrecada em troca recursos para programas de moradia social.

Se os investimentos em habitação beneficiam os grandes centros, os médios e os pequenos também seriam enormemente beneficiados: com o valor único podendo comprar mais espaço, as médias e pequenas cidades teriam novas perspectivas de crescimento, gerando empregos e seduzindo sua população retirante. E talvez até atraindo moradores dos grandes centros.

Claro que aí vale um alerta: nada de conjuntos gigantescos, incompatíveis com a escala das cidades. Os investimentos têm de servir também para dar uma possibilidade de urbanização racional às pequenas e médias cidades: valorizando e não violentando a paisagem natural.

Mas a habitação deve chegar também ao campo, socorrendo os que hoje estão prestes a serem expulsos e atraindo aqueles milhões de trabalhadores rurais, atualmente segregados na periferia das cidades, em condições desumanas. Para tanto, o governo central pode se aliar às prefeituras, financiando a formação de pequenas comunidades próximas à cidade e ao campo. Comunidades para quem é de um e de outro. Para os que, por uma contingência que afetou milhões de brasileiros, nem são mais rurais nem são totalmente urbanas. Comunidades "rurbanas", próximas das cidades, do campo, ao longo das estradas.

A idéia é simples e tem a força de uma reforma agrária. São comunidades rurais, mas com alguns equipamentos urbanos, como escola, posto médico, posto de saúde, lazer e pequeno comércio. Os lotes dessas comunidades seriam estreitos e fundos, para permitir a vizinhança. Vizinhança como a de qualquer rua, de qualquer cidade.

Nos lotes, as famílias podem cultivar para sua própria subsistência, vendendo o excedente. Uma parte da família pode trabalhar nas propriedades rurais vizinhas (as grandes propriedades) ou na cidade. Ou parte do tempo — durante as safras — nas grandes propriedades e o restante em seus lotes ou em empregos temporários na cidade. Nas comunidades "rurbanas", nada de infra-estrutura cara, mas o conforto dos equipamentos essenciais e do calor da vizinhança. Da mesma forma, muitos distritos rurais hoje existentes podem atrair a moradia, desde que tenham sua infra-estrutura bastante melhorada. Investimentos como eletrificação e transporte coletivo são essenciais.



As soluções para a habitação ultrapassam a questão da moradia, porque permeiam o social e o econômico

Maneiras de investir em habitação

Como vimos, o investimento em habitação tem a grande possibilidade de influir positivamente na ocupação espacial do País, revertendo um quadro perverso de concentração verificado em períodos recentes.

Mas a habitação tem outra vertente importante no panorama de crise e recessão que atravessamos. É a vertente do emprego, o antídoto para a crise. Sobre este aspecto é desnecessário maior aprofundamento: todos conhecemos os benefícios sociais e econômicos do emprego. No entanto, o que se deve questionar é de onde sairão os recursos. Em primeiro lugar, é fundamental que o governo tenha

esta visão estratégica da habitação, privilegiando e dando urgência ao setor.

Uma das muitas maneiras de garantir os recursos é estabelecer um vínculo — o mais rígido possível — entre os fundos de previdência do trabalhador e os investimentos em habitação. Igualmente importante seria vincular parte substancial do Fundo de Garantia ao local onde foi gerado. Isso funcionaria como uma garantia a mais de que os investimentos seriam descentralizados. Mas existem outras maneiras. Uma delas é o Fundo Monetário Nacional, um pacto que o governo faria para repatriar o dinheiro que saiu ilegalmente do País. Um pacto aberto, transparente, estabelecendo que esse dinheiro seria aplicado prioritariamente em habitação.

Chega de olhar a habitação como problema! Vamos olhá-la como solução

Outra maneira, que já vem ocorrendo em algumas cidades isoladamente, é o empresário tomar a questão para si, financiando — sem paternalismo, mas com algumas vantagens — a moradia a seus funcionários. Neste caso, as vantagens oferecidas seriam facilmente ressarcidas em produtividade e até em *merchandising*: uma empresa que financia a moradia de seus funcionários certamente teria lucros consideráveis para a sua imagem.

Vale lembrar que, por terem uma relação de confiança com seus funcionários, as empresas podem dispensar uma série de formalidades na concepção dos contratos, com isso reduzindo o custo de suas unidades. Igualmente, empresários rurais — no caso lembrado anteriormente das comunidades "rurbanas" — podem contribuir com parte dos investimentos. O fundamental é vislumbrar na habitação a alavanca das soluções. O resto é consequência.

Jaime Lerner é arquiteto e ex-prefeito de Curitiba (PR).

A doutrina bíblica da justificação pelas obras

Paulo Augusto de Souza Nogueira

Existem na Bíblia alguns textos desconcertantes para os protestantes. Textos de deixar “a pulga atrás da orelha”. Em Mateus (25.31-46), Jesus diz que o Filho do Homem, quando vier na sua glória, separará “as ovelhas dos cabritos”. As ovelhas simbolizam as pessoas que herdarão o Reino de Deus; os cabritos, as que serão mandadas para “o fogo eterno preparado para o diabo e para os seus anjos”. Numa versão genuinamente protestante brasileira, essa divisão deveria ter sido feita a partir do seguinte critério: “aqueles que rejeitaram a Cristo e não o aceitaram como seu único e suficiente Salvador pessoal” são os perdidos; e os salvos os que “aceitaram a Jesus” e foram “justificados mediante a fé”.

Para desconforto geral o texto bíblico não se refere a nada disso. Foram para a perdição os que se negaram a dar alimento, pousada, vestimenta e amizade ao pobre. Para o paraíso os que alimentaram, acolheram, curaram e visitaram os pobres. A postura prática de cada um diante do “mais pequenino dos meus irmãos” é a que define a sorte de cada um no juízo.

Apesar de muitos pastores e teólogos inventarem “saídas” para o impasse, fica o mal-estar, decorrente de dois pressupostos: a) a doutrina paulina da justificação pela fé, independente das obras, é o único critério para definir o destino eterno de uma pessoa; b) a Bíblia constitui um corpo harmonioso de doutrinas. Ou seja, além de a Bíblia dizer como as pessoas podem assegurar um “lugar à sombra” na eternidade, ela o diz de forma segura, sem contradições. O que está escrito no Gênesis não contradiz em nada o que está escrito no Apocalipse de João, as palavras de Jesus são complementadas pelas de Paulo, etc. Esta concepção decorre da crença de que a Bíblia foi inspirada pelo Espírito Santo de tal forma que, sendo ele o autor verdadeiro, não poderia haver contradições.

Esta concepção de uma Bíblia harmoniosa e sem contradições não passa de um mito, só mantido às custas de uma leitura ingênua e superficial. A multiplicidade de crenças e práticas não é privilégio dos nossos dias. No Novo Testamento temos representados vários grupos cristãos diferentes e, muitas vezes, divergentes.

A doutrina paulina da justificação pela fé não era consenso nos tempos do Novo Testamento. Havia grupos que tinham outras perguntas e soluções. Na verdade, o problema principal no Novo Testamento não era o de como fugir das chamas eternas do inferno e ter certeza de passar a eternidade no paraíso. A maioria das comunidades neotestamentárias estava mais preocupada com as lu-

tas do dia-a-dia que com o além. Salvação no Novo Testamento não era um passaporte para o céu. A pergunta mais importante era como se reconciliar com Deus, como se tornar parte do povo de Deus e participar da sua esperança (1 Pd 2.9-10 e Cl 1.21-23).

Lado a lado com a doutrina paulina da justificação pela fé, temos a doutrina da justificação pelas obras. “Justificação pelas obras” é uma expressão infeliz, que surgiu em contraposição à postura paulina. O correto seria doutrina da prática da justiça ou exigência evangélica de atos de justiça, seguindo o princípio da ação e da consequência. Os cristãos são convocados por Deus para produzir boas obras (Ef 2.10); estas sementes de justiça germinam para a vida. Trata-se de uma teologia da prática da justiça e não de uma troca (obras x salvação). O texto de Mateus é representativo para esta teologia da prática da justiça na tradição de Jesus. Vejamos outros exemplos.

Na primeira carta de Pedro, Deus Pai é também “aquele que com imparcialidade julga a cada um segundo as suas obras” (1.17). Já que o Pai não faz distinção entre as pessoas, os cristãos devem portar-se com “temor reverente”. Para o autor, esse Deus imparcial não poupa os cristãos de juízo: “Pois o tempo de começar o julgamento já chegou, e os que pertencem ao povo de Deus serão os primeiros a ser julgados. Se esse julgamento vai começar conosco, qual será o fim daqueles que não crêem na Boa-Notícia de Deus?”. Como dizem as Escrituras Sagradas: “Se é difícil os bons serem salvos, o que será dos ateus e pecadores?” (4.17-18). Na mesma Carta (4.8b) também a doutrina bíblica da salvação pela prática do amor: “... pois o amor perdoo muitos pecados”; amor, neste mesmo texto, é manifestado pela hospitalidade e pelo serviço (vv. 9-10). Pela prática do amor as pessoas têm acesso a Deus.

Outro livro bíblico que fala da prática da justiça como meio de ter acesso a Deus é o Apocalipse de João. A imagem de Deus no Apocalipse é a de um Deus que realiza justiça e que exige uma prática de justiça dos seus servos. O livro nos choca com a sua expectativa de realização da justiça de Deus no mundo: a vingança escatológica. O Apocalipse apresenta o castigo de Deus contra os ímpios nas séries de pragas: sete selos (6.1-8.5), sete trombetas (9.1-19) e sete taças (15.1-16.21). Deus castiga três vezes consecutivas as injustiças cometidas no mundo. O último ciclo é o das sete taças em que Deus realiza de forma definitiva a sua vingança. Lemos (15.1):

“Vi ainda um outro sinal grande e maravilhoso no céu: sete anjos com sete pra-

gas, as últimas, pois com estas o furor de Deus está consumado”.

Estas imagens que ferem a nossa sensibilidade tiveram um valor simbólico muito forte para comunidades perseguidas. Na descrição da terceira taça há um bom exemplo de como essa vingança de Deus para com o mundo era o inverso da perseguição da própria comunidade: “Eles derramaram o sangue do povo de Deus e dos profetas, e por isso tu lhes deste sangue para beberem. Eles estão recebendo o que merecem!” (16.6).

Notamos que o rigor em relação às ações humanas não é aplicado só aos ímpios. A comunidade também deveria estar atenta quanto às suas obras. A carta à comunidade de Laodicéia mostra que os cristãos não tinham uma posição confortável diante do Deus que julga; o Deus do Apocalipse também não faz acepção de pessoas: “Eu sei o que vocês têm feito. Sei que não são nem frios nem quentes. Como gostaria que fossem uma coisa ou outra! Mas, porque são apenas mornos, nem frios nem quentes, vou logo vomitá-los” (3.15-16).

Se a comunidade não se convertesse, seria excluída da comunhão com Cristo. Ela está no limite de tolerância. Se não mudar de atitude e não se converter, será abandonada (cf. 2.5). O rigor de Deus é descrito também na imagem do juízo final (20.12).

Estas imagens que chegam a beirar a crueldade têm por detrás a seguinte mensagem: nada fica esquecido diante de Deus, nem os atos de injustiça que são cometidos contra o povo de Deus e tampouco os atos de justiça e fidelidade dos cristãos. No Apocalipse, mártires são recompensados com a participação no reino dos mil anos (20.4-6); injustos atormentados por bestas, chagas e catástrofes naturais; e, finalmente, pela segunda morte. Deus não se esquece de injustiças cometidas e recompensa o seu povo pelos atos de justiça. A rudeza das imagens se deve, por um lado, ao sofrimento por que passavam as comunidades — e esta metafórica cruel “satisfaz” o desejo de vingança — e, por outro lado, à origem popular do livro.

O terceiro livro da Bíblia que nos corrige com o excesso de paulinismo é a Carta de Tiago (2.14-26). Lá encontramos o famoso texto que tanto incomoda os leitores protestantes e que fez com que Lutero a chamasse de “carta de palha”. A fé sem obras é morta. Se a palavra não é acompanhada de ação não tem valor. É clara a polêmica com a doutrina paulina da justificação pela fé, mas tendo em vista a radicalidade de outras tradições cristãs, como vimos em Mateus e no Apocalipse, Tiago é, na verdade, um meio-ter-

mo. Ele parece querer conciliar a justificação pela fé com a prática das obras de justiça.

O texto de Tiago é de uma atualidade muito grande para nós na América Latina, pois as obras a que se refere a Carta não se limitam à mera piedade pessoal, mas se estendem a uma prática que tem a ver com o pão, o trabalho e a moradia de cada um (ver: assistência às viúvas (1.27); veste e alimento (2.13); trabalho (4.13-5.6)). De forma semelhante à primeira carta de Pedro, Tiago também conhece uma forma de salvação pelo amor ao irmão: “Meus irmãos, ... lembrem-se disto: quem fizer um pecador voltar do seu mau caminho salvará da morte esse pecador e fará que muitos pecados sejam perdoados” (5.20).

A partir desses corretivos neotestamentários contra um paulinismo deformado e exagerado, gostaria de propor algumas questões para nossas igrejas hoje:

a) Boa parte da linguagem e da temática teológica de nossas comunidades parece não partir de uma reflexão bíblica. Termos como “certeza da salvação”, “aceitar a Cristo”, “decisão eterna”, o dilema céu versus inferno e práticas tipo “apelo” de púlpito, não têm qualquer relação com a mensagem dos escritos neotestamentários. Parece que o protestantismo brasileiro comprou gato por lebre. Prega como bíblica uma mensagem criada no protestantismo norte-americano. As igrejas têm que redefinir o seu conceito de salvação.

b) Uma reflexão sobre a exigência bíblica de atos de justiça é uma forma de eliminar o cinismo que caracteriza a ética protestante, a qual se baseia numa teologia paulina deformada (ninguém no Novo Testamento exigiu mais prática de justiça que Paulo). Muitas das igrejas protestantes, uma vez “salvas” e possuidoras da “certeza da salvação”, se sentem intocadas pela situação de crise e miséria que vive a nossa sociedade. Em nosso país, a pobreza de dois terços da população deveria ser tema constante de reflexão e articulação prática por parte das igrejas. Esse isolamento em relação à situação do povo e a ausência de preocupação com atos abrangentes de justiça só pode ser uma demonstração de cinismo ético.

c) Reler os evangelhos e as cartas (também as de Paulo) atentos às exigências de atos de justiça pode nos conduzir a uma renovação de um conceito muito próprio da nossa tradição teológica: a ortopraxis.

Paulo Augusto de Souza Nogueira é pastor da IPU, professor da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista e do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

“O sonho não acabou”

Paulo Roberto Salles Garcia

Faltava um minuto para as seis horas da tarde do dia 4 de abril de 1968. Martin Luther King Jr. estava na sacada do Hotel Loraine (Mênfis, Tennessee). Nada distante dali (60 metros), um dedo apertou o gatilho de uma arma. King levou a mão à cabeça, mas não disse palavra. Caiu no chão, numa poça de sangue. Era o fim de um sonho. Ou não?

Passaram-se vinte e cinco anos desse acontecimento. Entretanto, é impossível — para todos aqueles que têm um ideal cristão de igualdade e justiça — deixar de lembrar esse personagem que marcou sua época pela ousadia e atrevimento na luta pelo reconhecimento dos direitos civis dos negros dos Estados Unidos. A princípio circunscrito àquele país, o empenho de Martin Luther King Jr. ultrapassou fronteiras e estimulou outros povos e grupos a seguirem o mesmo caminho.

Desde cedo King aprendeu que a experiência cristã estava relacionada diretamente com a igualdade e o respeito entre os homens, independente de sua raça.

Depois de passar por diversas escolas, em 1955, Martin Luther King, então com 26 anos, já tinha os cursos de sociologia, filosofia e teologia, e atuava como pastor da Igreja Batista em Montgomery, Alabama.

Ação direta não-violenta

Na realidade, Luther King chamou a atenção do mundo pela primeira vez naquele mesmo ano, quando liderou o boicote pacífico, pelos negros, dos ônibus públicos daquela cidade, a fim de protestar contra a segregação racial. Um ano de pressão econômica por parte dos usuários negros foi coroado de sucesso, pois a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a segregação nos transportes públicos era ilegal.

A partir desse primeiro grande desafio, King foi estruturando sua doutrina de ação direta não-violenta. “A ação direta não-violenta procura criar tensões e crises tais que a comunidade infensa à negociação seja forçada a enfrentar o problema.” (Martin Luther King. *Não podemos esperar*. Editora Senzala, São Paulo, 1980).

Ele se opunha severamente à tensão violenta, mas explicava a necessidade de uma espécie de tensão na sociedade que ajudaria “o homem a se erguer das profundezas escuras do preconceito racista às alturas sublimes da compreensão e da fraternidade” (Ibidem).

Outros eventos e conflitos se seguiram, e o carisma de King ia-se fortalecendo perante as pessoas e o mundo. Vale lembrar ainda outros fatos marcantes que selaram definitivamente o destino de líder pacifista e defensor da não-violência. Um deles (abril de 1963) foi a Marcha sobre Birmingham, uma das cidades mais segregacionistas do estado. Logo às primeiras horas da manhã pequenos grupos começaram a protestar com os *sit-in* (estratégia pela qual os negros entravam nos ambientes reservados aos brancos e lá permaneciam sentados, em silêncio, até à chegada da polícia, que os punha, à força, na rua). Pouco a pouco, os grupos se multiplicaram, e “as colunas dos manifestantes” pareciam “rios nas estradas”. Depois que a polícia entrou em ação e prendeu três mil negros, outra multidão moveu-se ao redor dos muros da prisão, pedindo para ser também admitida. No final do dia, todos os prisioneiros foram soltos, menos Luther King.

A importância de suas ações rendeu-lhe, em 1964, o Prêmio Nobel da Paz. “Recebo-o em nome de milhões de negros americanos que lutam para dar fim à longa noite de injustiças raciais”, destacou ele em Oslo.

Crítica dos “irmãos”

A ligação constante e necessária com sua igreja e com os fundamentos cristãos não poupou Martin Luther King de uma série de críticas por parte de companheiros de ministério. As mais veementes partiram de um grupo de oito religiosos, clérigos e pastores de Alabama, quando King estava preso em Birmingham. Se, por um lado, os aspectos apresentados pelo grupo constituíram um golpe duro para King, por outro serviram-lhe para fortalecer suas certezas, rebater as críticas e, ainda, questionar o que ele chamou de “frouxidão da Igreja”.

A primeira crítica veio na direção de ser a atividade de Luther King inoportuna. “Francamente, nunca chegará o dia ‘oportuno’, de encetar uma campanha de ação direta, na opinião daqueles que não sofreram imerecidamente o mal da segregação”, refletiu ele. King passou a analisar o conselho que sempre chega aos negros para terem paciência, para esperarem. “Essa palavra (‘esperem’) ressoa aos ouvidos de todos os negros, com uma familiaridade irritante. Este ‘espere’ quase sempre significa ‘nunca’. Talvez seja fácil àqueles que nunca sentiram as estocadas da segregação dizer: ‘espere’. Mas, quando se presencia o linchamento brutal realizado por hordas primárias sobre mães, pais e irmãos, simplesmente por capricho; quando se contem-

pla uma maioria de vinte milhões de negros asfixiada no círculo de uma pobreza celular em meio a uma sociedade farta; quando, repentinamente, a língua fica presa e gaguejante para explicar a uma filha de seis anos por que não pode frequentar o parque público de diversões que acaba de ser anunciado na televisão; quando se tem de dar uma resposta a um filho de cinco anos que pergunta: ‘Papai,

‘Diante das injustiças contra os negros, observo membros da Igreja branca se esquivarem’

por que os brancos tratam os pretos tão mal?’ (...) Em dado momento, a tolerância transborda e os homens não mais se dispõem a serem atirados no abismo do desespero”.

Outra acusação feita a King mereceu pronta resposta. Quando qualificaram de extremada a atividade realizada em Birmingham, o líder negro disse ter ficado desapontado pelo fato de os companheiros de clero compararem os “esforços não-violentos aos de um extremista”. “Tenho tentado localizar-me entre essas duas forças, afirmando que não podemos competir com o ‘não fazer nada’, do complacente, nem com o ódio e o desespero do preto nacionalista. Há um caminho mais amoroso de protesto não-violento. Confesso-me agradecido a Deus porque através da influência da Igreja negra o método da não-violência tornou-se parte integrante de nossa luta” (Ibidem).

Desapontamento mas esperança

Essas e outras críticas ensejaram Martin Luther King a expressar total desapontamento com a postura assumida pela Igreja branca e sua liderança, apesar de algumas notáveis exceções. No episódio do boicote aos transportes públicos em Montgomery, por exemplo, King esperava forte apoio de pastores, sacerdotes e rabinos do Sul. “Mas, ao contrário, alguns têm sido oponentes ferrenhos, recusando-se a compreender o movimento de libertação e interpretando mal a atitude de seus líderes; outros têm sido mais cautelosos do que corajosos, guardando silêncio por detrás da segurança anestésica das janelas de vitrais coloridos”.

Ele foi mais longe, ao acusar a deliberada decisão das igrejas em não se envolverem com problemas sociais. “À vista de injustiças clamorosas perpetradas

contra o negro, tenho observado membros da Igreja branca se esquivarem, procurando discutir enfaticamente irrelevantes caritativas e santarrônicas insignificantes. (...) Ouvi muitos pastores afirmarem: ‘Esses são problemas sociais com que o Evangelho realmente não se preocupa’. Observo que muitas igrejas se comprometeram com uma religião inteiramente além-mundo, que estabelece estranha diferença, contrária à Bíblia, entre o corpo e a alma, entre o sagrado e o profano”.

O pensamento de King, expresso nas décadas de 1950 e 1960, traz uma formidável atualidade; mesmo diante de uma conjuntura específica, revela uma crise de identidade e de objetivos que marca a vida das Igrejas Protestante e Católica. Nas palavras do líder negro, “houve época em que a Igreja era muito poderosa (...), e um termostato que transformava os costumes da sociedade. (...) Agora, as coisas mudaram. É tão comum ouvir da Igreja contemporânea uma voz fraca, inexpressiva e pouco distinta. Ela se torna, assim, uma superdefensora do *status quo*”. E prevê, com tremenda visão: “Se a Igreja de hoje não reconquistar o espírito de sacrifício de seus primeiros tempos, perderá sua autenticidade, a lealdade de milhões, e será relegada à categoria de um clube social sem importância, sem significação no século XX”.

Toda a vida de Martin Luther King nos serve de modelo para a prática cristã. E é extremamente salutar que movimentos sociais e eclesiais estejam mobilizando-se para expulsar para sempre do nosso meio todo tipo de discriminação. Não são nada desprezíveis a criação de comissões de combate ao racismo na Igreja Metodista; o trabalho das pastorais do negro na Igreja Católica; o empenho da Comissão Mundial de Combate ao Racismo (Conselho Mundial de Igrejas); apenas para citar alguns exemplos.

Todas essas iniciativas mostram que o sonho não acabou. A urgência do Reino de Deus implica necessariamente o fim da injustiça, da opressão, e a instauração de um novo tempo em que, como disse Martin Luther King, “os filhos de Deus, negros e brancos, hebreus e pagãos, protestantes e católicos hão de unir suas mãos para cantar: ‘Livres, enfim! Deus Todo-Poderoso, somos finalmente livres!’”.

Paulo Roberto Salles Garcia, jornalista metodista, é editor do jornal Contexto Pastoral e integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Um encontro com Dietrich Bonhoeffer

Ervino Schmidt

Exatamente há cinquenta anos, em meio às turbulências e agitações do regime nazista, foi preso o teólogo alemão Dietrich Bonhoeffer. Seguiu paciente o caminho do sofrimento aquele que sempre se entendeu como instrumento nas mãos do Senhor da História. Seu entendimento de fé cristã não admitia passar de largo pelos padecimentos dos semelhantes. Via como necessário, assumir, em nome do Senhor, o sofrimento dos outros e se lançar à ação responsável, a qual não é ditada pelo medo, mas que brota do amor libertador e redentor do próprio Cristo.

Assim, Bonhoeffer não pôde consentir com as injustiças e atrocidades contra os judeus. A situação era dramática! Ele conhecia bem o que se passava, pois teve acesso direto a informes da área político-militar. Assistência indiferente não era possível! A resistência contra o regime na forma de denúncia também já não era suficiente. Agora, importava ingressar no movimento ativo para tentar evitar o caos.

Mas a 5 de abril de 1943, Bonhoeffer é preso e levado ao departamento militar do presídio de Berlim-Tegel. Contra ele não havia provas concretas, mas sua atitude em defesa dos judeus e suas frequentes viagens ao exterior levantaram suspeitas. Era o que bastava para lançar alguém à prisão.

Inicialmente, Bonhoeffer contava com uma soltura em breve. Mas a partir da descoberta de documentos que incriminavam pessoas próximas dele de conspiração contra Hitler, a situação tornou-se muito difícil. Em setembro de 1944 a Polícia Secreta do Estado transfere Bonhoeffer para o temido endereço à Rua Príncipe Albrecht. Ali ficou algum tempo sob severa custódia. A partir daí haveria de passar, ainda, por outros presídios em sua penosa peregrinação. No dia 9 de abril de 1945, foi sumariamente executado.

“Quem é Cristo para nós verdadeiramente?”

Nas cartas que Bonhoeffer escreve na prisão, fala repetidas vezes do “mundo emancipado”, “não-religioso” e postula a interpretação não-religiosa do Evangelho. Na carta de 30 de abril de 1944 lemos: “O tempo em que se podia dizer tudo ao homem com simples palavras — quer sejam teológicas ou piedosas — já passou. Assim também passou o tempo da interioridade e da consciência, o que podemos resumir nas palavras, passou o tempo mesmo da religião. Nós marchamos para uma época sem religião alguma”. (*Resistência e Submissão*, Dietrich Bonhoeffer, p.130).

Muito se tem discutido sobre essas afirmações. Houve, também, muita espe-

culação a respeito. Havia os que se esmeraram em mostrar que Bonhoeffer se equivocara com sua expectativa de um mundo emancipado, sem religião alguma. Havia também os que, tomando seus pensamentos, desenvolveram, anos mais tarde, toda uma teologia da morte de Deus. Claro, a expressão “Deus está morto” vem de mais longe. Podemos encontrá-la em Nietzsche. Extraordinário, porém, é que ela passa a ser usada amplamente na própria Igreja. Principalmente nos Estados Unidos essa expressão foi propagada em altos brados. A situação era confusa. Chegava-se ao escárnio de cantar um requiem para o Deus morto. Lembro-me de uma caricatura mostrando a porta de uma igreja fechada com o anúncio: Fechado por causa do falecimento do fundador.

Qual, no entanto, era a real preocupação de Bonhoeffer? Ele a sintetiza: “Um problema que não chega a uma solução dentro de mim é a questão do que é o cristianismo ou também quem é Cristo hoje para nós, verdadeiramente” (Ibidem, p.130).

Bonhoeffer observava o comportamento dos que estavam detidos juntamente com ele. Não em frio distanciamento, mas na proximidade de irmão; busca solidariedade com eles. Chamou-me atenção a passagem da carta dos dias 29 e 30 de janeiro de 1944: “Quando ontem tornamos a ficar prostrados sobre o chão e alguém audivelmente clamava ‘Meu Deus, meu Deus’ — aliás, um camarada leviano —, não consegui oferecer-lhe qualquer consolo cristão nem dizer algo para encorajá-lo. Apenas sei que olhei para o relógio e disse: Isto só dura mais dez minutos. Isto não saiu após qualquer reflexão, mas sem que eu o quisesse dizer, e talvez justamente porque tomei consciência de não dever usar esse momento para extorsões religiosas. (Por sinal, nem Jesus usou dos momentos do alto da Cruz para insistir com os malfeitores, apenas um se dirigiu a Ele)”. Bonhoeffer não quer falar de Deus “nos limites”, na “fronteira”, mas no “centro”. Assim, também o lugar da Igreja não é “onde as possibilidades falham, nos limites, mas sim no centro do povoado” (Ibidem, p.133).

A questão da interpretação não-religiosa do Evangelho, assim me parece, coloca-se em termos de solidariedade, de estar aí para os outros.

A busca de valores éticos

Eram dias sombrios onde tudo desmoronava. Na solidão de sua cela, Bonhoeffer continuou sua reflexão em torno da ética. Quais as alternativas quando não mais se tem chão sob os pés? quando a decadência dos valores éticos é geral? Bonhoeffer mesmo escreveu, na véspera do ano de

1943: “A grande mascarada do maligno pôs todos os conceitos éticos em confusão estonteante. Para a pessoa... com conceitos éticos tradicionais é realmente desconcertante que o mal possa tomar a forma da luz, da ação benéfica, da necessidade histórica, da justiça social” (*Resistência e Submissão*, p.16).

Os conceitos clássicos de estrutura moral como *razão, consciência, princípio e virtude* evidenciaram-se demasiadamente ambíguos e relativos. De onde esperar algo novo? De onde virá libertação? Quem haverá de perseverar? Somente aquele que, “apenas preso a Deus, se sabe chamado para a ação obediente e responsável” (idem, p.18). Aí não há espaço para teorias abstratas, nem para uma ética casuística. Não interessa o “universalmente válido”. Em Cristo não se realiza uma idéia abstrata de amor. Nele o amor de Deus dá sentido a toda a realidade do ser humano e do mundo. Assim, ética cristã coloca o crente no meio do mundo. O que importa é o agir responsável para a situação concreta. Justificado em Cristo, o crente pode viver e atuar livre e serenamente em direção a uma nova realidade.

Igreja para outros

Bonhoeffer fez crítica violenta à Igreja que gira em torno de si mesma, preocupada, antes de tudo, com a manutenção de sua estrutura. Tornou-se afamada sua expressão: “A Igreja só é Igreja quando existe para outros”. Ela deve participar das tarefas profanas da vida. Ela é essencialmente serva.

Neste sentido, ele também se preocupa com o significado da Igreja para a solução dos problemas sociais. E pergunta: Qual a relação dela com o proletariado? Observa as massas que se separaram dela? Será que ela não tem ouvidos para ouvir a voz que vem dessas massas que dela se afastaram? Bonhoeffer se volta contra uma Igreja “burguesa” e exige-lhe renovação. Esta, no seu entender, inclui ganhar o proletariado. É o próprio Evangelho que coloca a Igreja diante da questão do proletariado. A pregação não é algo para as horas livres de domingo, é algo para a vida!

Bonhoeffer e a causa ecumênica

Não é por acaso que no movimento ecumênico Bonhoeffer é lembrado com respeito e gratidão. Ele dedicou grande parte de seus esforços a essa causa. A Igreja oficial na Alemanha não assumiu posição clara e destemida em favor dos perseguidos pelo regime nazista. Ao contrário, chegou a compactuar com a ideologia ariana. Bonhoeffer criticou com veemência tal postura e participou do surgimento da Igreja Confessante, que se opunha à Igreja oficial. “A comunidade dos que

pertencem à Igreja não é determinada pelo sangue e, portanto, tão pouco pela raça, mas somente pelo Espírito Santo e pelo Batismo” (*Gesammelte Schriften* — Coletânea de Obras II, p.116). Encontramos a afirmação de que Igreja verdadeira está ali onde o sermão se mantém dentro do puro Evangelho contra toda “presunção humana”. Está ali onde os sacramentos dependem da palavra de Cristo unicamente. Igreja, para Bonhoeffer, é o corpo visível de Cristo. É o Cristo existindo como Comunidade. A Igreja Confessante quer resgatar o verdadeiro sentido do ser Igreja de Jesus Cristo.

Bonhoeffer buscou sensibilizar as igrejas do mundo ecumênico para a luta que se travava no seio da Igreja alemã. Mas, a maioria dos dirigentes ecumênicos evitava tomar posição que pudesse significar uma ruptura com as autoridades eclesiais oficiais em Berlim. Ele, porém, insistia: “É preciso decidir-se de uma vez, não é possível aguardar eternamente um sinal do céu que facilmente nos desse a solução da dificuldade. Também a ecumene deve decidir-se...” (E. Bethge. *Biografia*, p.427). Conforme ele, as decisões tardias ou desperdiçadas podem ser mais pecaminosas do que as decisões errôneas provenientes da fé e do amor. Não se trata de algo circunstancial. Ele estava convicto de que o futuro do ecumenismo e da Igreja Confessante dependia da aceitação desta no movimento ecumênico. Não foi oportunismo nem luta por influência ou poder o que o levou a buscar apoio ecumênico, mas a convicção de que crentes pelo mundo afora estão interligados pela fé em Jesus Cristo.

Já muito cedo Bonhoeffer participou do movimento ecumênico. Em 1931 atuou como secretário para a juventude. Deixou para a ecumene o testemunho do que vem a ser uma vivência unicamente a partir da graça, da “graça preciosa”, isto é, em obediência a Cristo.

Interpretação solidária do Evangelho; Igreja para outros; ação obediente e responsável na situação concreta; busca de valores éticos verdadeiros; vivência a partir da graça. Questões de uma época passada? Não! Questões para nossa realidade brasileira de 1993, de estonteante atualidade!

Uma teologia libertadora que remete para a vida, no “centro do povoado” tem muito a nos dizer ainda hoje. Tem razão Rubem Alves quando diz, falando de Bonhoeffer: “Suas idéias nunca são simples curiosidades a serem examinadas, mas ferramentas que nos ajudam a organizar nossa própria experiência e o nosso relacionamento com o mundo”.

Ervino Schmidt é professor e teólogo. Atualmente ocupa a secretaria executiva do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

Com-feridas

Paulo Roberto Rodrigues

Ela florescia em pleno verão. Os cachos amarelos anunciavam a plenitude da vida, o perfume convidava à doçura do amor... A abundância de folhas e a extensão dos galhos brindavam-nos com o frescor de uma bondosa sombra e, às noites, com os contornos dos mistérios de nossa alma. O esplendor de sua beleza seduzia a todos que transitassem pelos seus domínios imperiais, que mesmo reduzidos a uma esquina, provocavam exclamações e louvores! Ah, quanta carícia reserva uma acácia... E como é bom viver ao seu lado!

Mas, certo dia, aconteceu o inesperado: encontramos nossa acácia totalmente despida de galhos, folhas e flores, incrivelmente nua, terrivelmente violentada...

Tomados de tristeza, acabamos por descobrir que alguns homens, vestidos de ferramentas e de poderes pretensamente públicos, haviam invadido aquele sacro império para, em nome da técnica e do bem comum, realizarem aquela vileza, que eles chamavam de poda. Indagamos se eles não tinham exagerado, mas sua certeza científica os poupava de qualquer possibilidade de erro.

Depois da tristeza, um sentimento de impotência nos perseguiu: as lágrimas foram trocadas por gemidos e ressentimentos... Alguns, os mais otimistas, diziam que a acácia iria resistir e que no próximo verão já poderíamos contemplar seus amarelados cachos. Os passarinhos que nela encontravam abrigo, aos montes voavam

desesperados, procurando a casa que lhes fora roubada, e seu canto outrora feliz ensaiava tons de interrogação. Outros, mais desconfiados, denunciavam a violência ocorrida e percebiam os sinais de morte nas feridas abertas por aquela serra, dona de um ronco inclemente. Ninguém, porém, deixou de olhar carinhosamente para aquela esquina, procurando no passado ou no futuro os perfumes e cores daquela majestade...

Por vezes o verão chegou e se foi... Contudo, as flores de nossa acácia imperial permanecem desaparecidas! No último Natal ela ousou apresentar seus tímidos galhos e exibir numerosas folhas... Verdes: esperança! Porém, parece irreversível sua

tristeza... as feridas cicatrizadas escondem uma dor incontida! Florir? Talvez seja uma alegria guardada para outros veraneios!

Há pessoas entendidas em jardinagem que arriscam o palpite (evangélico): é preciso que a árvore frutífera seja podada para que produza em maior quantidade... Algo parecido com o martírio, em que uma vida sacrificada provoca a vocação ao heroísmo de muitos... Semelhante ao dique que, ao reprimir a força da água, a transforma em eletricidade!

Nós, os vizinhos da acácia imperial, não compartilhamos dessas justificativas embutidas de um utilitarismo capitalista. E sussurramos quase que

numa oração: flores são inúteis, acácia são improdutivas, sensíveis demais para freqüentarem canteiros de obras e armas... Árvores floridas são péssimas proprietárias pois acolhem qualquer um que se subordine à beleza e ao prazer! Perfumes e cores desconhecem o poder como força violentamente imposta e preferem a fluidez da brisa, a sedução do enfeite e a fragilidade do suspiro de quem se doa... Não se importam apenas com o essencial, acreditam que o ornamento também é fundamental! Assim teimamos em passear pelo seu mínimo reinado saudando-a num olhar carregado de *saudadesperança...*

(Confesso ver nesta estória o retrato de muitas vidas:

tantas vezes podadas em nome do bem, mas concretamente esmagadas pela lógica desta competição [in]competente. Sinto que muitas vezes nos deixamos convencer pelo argumento do sacrifício, dissimulando nosso medo de viver a vida com toda a sua fluidez e irremediável fraqueza e debilidade. Confesso nosso medo de assumir a inutilidade e conferir à cultura da ansiedade seu caráter de mortalha, quando nos induz a produzir muitos frutos sem desfrute. Vamos nos dar o direito de sermos árvore com flores e sem frutos: aprendamos com as acácias!)

Paulo Roberto Rodrigues é leigo católico e colaborador do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep).

